

Manejo Vegetal Decorrente de Obras

Refere-se às solicitações de manejo vegetal necessário para a realização de obras. Caso as solicitações sejam decorrentes de projetos arquitetônicos aprovados, os mesmos deverão ser apresentados, assim como informados os números dos processos relacionados ao projeto e apresentados todos os eventuais documentos solicitados em etapa de análise ambiental anterior.

Processo destinado exclusivamente para os seguintes casos:

1. Solicitações de manejo vegetal necessárias e decorrentes de obras relativas às atividades dispensadas da etapa de projeto arquitetônico, desde que não associadas a atividades passíveis de licenciamento. **Na hipótese de a atividade ser enquadrada nos artigo 8º do Decreto nº 19.741/217, deverá obrigatoriamente ser anexada a respectiva licença expressa.*
2. Solicitações de autorizações de manejo vegetal decorrentes de projetos arquitetônicos de atividades não passíveis de licenciamento ambiental, desde que previamente analisadas pela SMAMS. Neste caso deverá ser anexado obrigatoriamente o projeto arquitetônico aprovado, informado os números dos processos relacionados ao projeto, Expediente Único, e apresentados todos os eventuais documentos solicitados em etapa anterior. O laudo técnico de cobertura vegetal deverá obrigatoriamente ser elaborado de acordo com o disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 757/2015.

Requisitos / Documentos necessários*

- Laudo de Cobertura Vegetal;
- [Planilha de Volume Total Estimado](#) - IBAMA;
- Planta com legenda indicando vegetação a permanecer, remover, transplantar, podar e implantar;
- Planta baixa e perfis (cortes), demonstrando a interferência da vegetação com o projeto;
- Quadro síntese de intervenções na vegetação e estimativa de compensação vegetal;
- Projeto Arquitetônico Aprovado;
- Licença Expressa.

* Caso não seja possível baixar automaticamente o arquivo no Google Chrome, clique no link com o botão direito do mouse e escolha a opção **Salvar link como**, ou abra esta página em outro navegador.

Formas de Solicitação do Serviço

Análise do processo e emissão da Autorização.

O processo deverá ser requerido via [Portal de Licenciamento](#), disponível no link: Serviços Urbanísticos e Ambientais.

Principais Etapas do Serviço

- Entrada e conferência da solicitação.
- Cadastro da atividade.
- Análise do processo em andamento.
- Emissão de orientações e comparecimentos, caso necessário.
- Emissão de documentos referentes à compensação ambiental.
- Emissão da Autorização de Manejo Vegetal

Previsão de Prazo para Realização do Serviço

6 (seis) meses, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e parágrafos 1º e 2º do artigo 14 da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997.

Formas de Prestação do Serviço

A solicitação deve ser encaminhada pelo Portal de Licenciamento Ambiental:

- Acesse licenciamento.procempa.com.br;
- Selecionar a opção Serviços urbanísticos e ambientais;
- Para iniciar um processo, clique em Novo e escolha a opção Manejo Vegetal Decorrente de Obras;
- A relação de documentos necessários para dar prosseguimento ao seu requerimento é apresentada;
- Preencha as informações solicitadas no formulário do seu requerimento;
- Anexe os documentos.

Legislação

[Lei Complementar nº 757](#), de 14 de janeiro de 2015 - Normas para manejo da arborização em área privada estão descritas nas Seções IV, V, VI e VII.

[Decreto nº 19.034](#), de 14 de maio de 2015 - Regulamenta a Lei Complementar nº 757/2015, e estabelece regras para a supressão, o transplante ou a poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre.

Instrução Normativa SMAMUS 28/2020.

[Decreto 19741](#), de 12 de maio de 2017 (Dispõe sobre o processo administrativo de aprovação e licenciamento de edificações quando houver necessidade de Estudo de Viabilidade, quanto aos prazos de validades dos projetos, institui o procedimento para a expedição de "licença na hora", licença com tramitação eletrônica e licenciamento expresso para habitações unifamiliares, revoga os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 10 do Decreto nº [18.886](#), de 18 de dezembro de 2014, os arts. 2º, 13, 14, 22 e Anexos 4, 6 e 7 do Decreto nº [18.623](#), de 24 de abril de 2014).

Revisão #1

Criado 17 May 2024 02:08:46 por icolabora

Atualizado 17 May 2024 02:08:46 por icolabora